

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI

Políticas para inclusão da diversidade na educação superior

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental.

Princípios: equidade, enfrentamento da violencia, la intolerância e a discriminação.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC











Sujeitos

Homens e mulheres, crianças, jovens, adultos, negros indígenas, quilombolas, ciganos, agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados, rurais, caiçaras, povos da floresta, caboclos, pessoas com deficiência:

Sujeitos de direitos à educação brasileira

Desafios das Políticas Educacionais da SECADI

- I. Alfabetização e Educação das Pessoas com 15 anos ou mais e promoção do jovem como sujeito de direitos, numa perspectiva de Educação ao Longo da Vida. Melhorar a EJA.
- II. Garantir em todos os níveis e etapas de ensino o acesso, a permanência, a aprendizagem e o atendimento às especificidades dos estudantes do campo, indígenas e negros, visando e a efetivação do direito à educação.
- III. Universalização do atendimento escolar às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação no ensino regular.
- IV. Implementação da educação em direitos humanos, de gênero e diversidade sexual, para as relações etnicorraciais, a sustentabilidade socioambiental, a valorização da diversidade e a inclusão escolar.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC

Modalidades e Temáticas

- Educação de Jovens e Adultos
- Educação Especial na perspectiva inclusiva
- Educação Ambiental e em Direitos Humanos
- Educação do Campo, Indígena e Quilombola
- Educação para as Relações Étnico-Raciais

Sujeitos atendidos pelas políticas educacionais da SECADI/MEC

49.771.371 Total de matrículas na educação Básica - 17,2% em escolas mantidas pela iniciativa privada e 82,8% em escolas públicas, entre elas:

- Educação do Campo: 5.846.440

- Educação de Indígena: 239.759

- Educação Escolar Quilombola: 239.975

- Educação Especial: 886.815

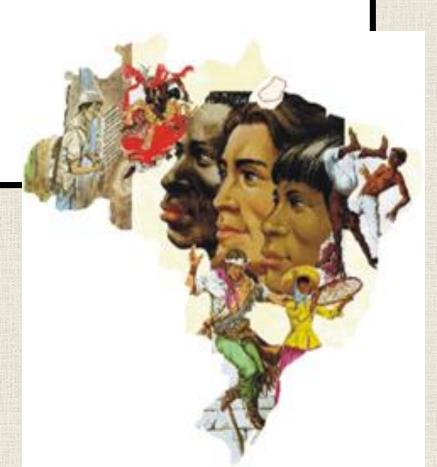
- Educação de Jovens e Adultos: 3.592.908

(Informe Técnico, Censo Escolar 2014)

- Projovem urbano: 104.400

- Projovem campo: 45.165

(Simec 2014)



Sujeitos que necessitam das políticas educacionais da SECADI (Dados de 2013)

• Educação de Jovens e Adultos

15 anos o + (156,6 milhões):

- 62,1 milhões com, no máximo, ensino fundamental incompleto
- 57,8 milhões com, no máximo, ensino fundamental incompleto sem frequentar a escola
- 13 milhões de analfabetos ou
 8.5% de taxa de analfabetismo

/ + de 18 anos

- 81 milhões com ensino médio incompleto
- 77 milhões con ensino médio incompleto e fora da escola

Campo (30,7 milhões)

- 4,4 anos de escolaridade média (anos Iniciais do fundamental) para pessoas com 25 anos ou mais;
- taxa de analfabetismo de 15 anos e +
 20,8% 4,7 milhões de pessoas analfabetas de um total de 22 milhões de pessoas
- 8,1 milhões, entre 4 e 17 anos de idade no campo campo, e
- 7,4 milhões (91,5%) frequentam a escola.
- Indígenas (175 mil) entre 4 e 17 anos
 - 150 mil (86%) frequentam a escola

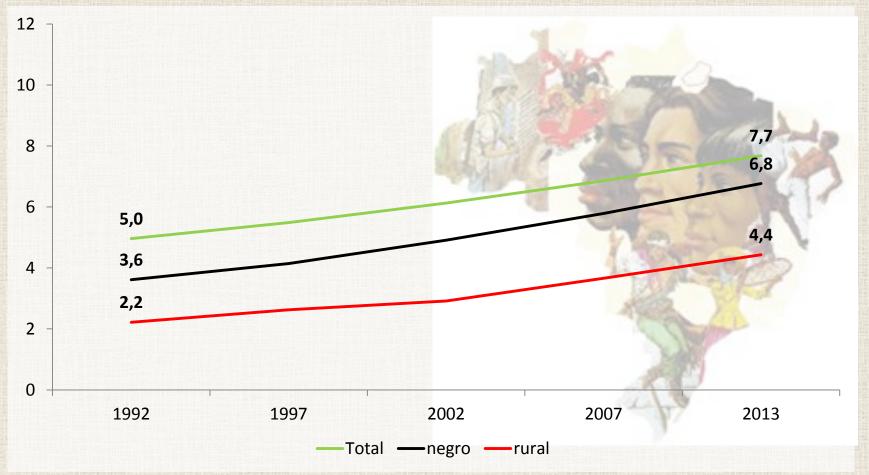
Fuente: PNAD 2013 – IBGE. Microdatos. Elaboração SECADI

Os dados das desigualdades e das exclusões educacionais no Brasil

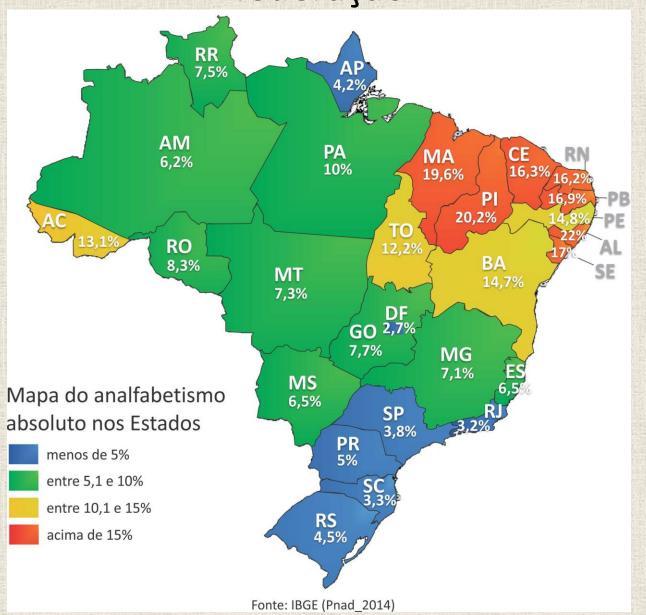


Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC

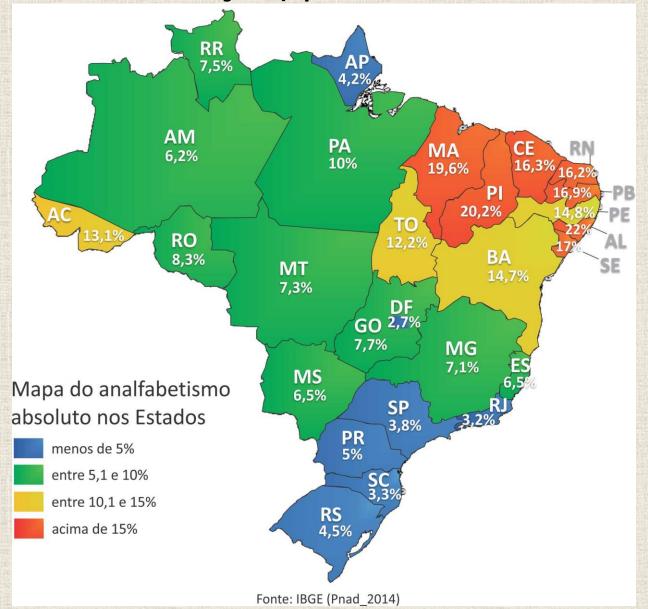
Escolaridade média da população de 25 anos ou mais por corte de raça/cor e situação do domicílio (PNAD – Brasil, 1992 a 2013)



Mapa do analfabetismo absoluto por unidade da federação

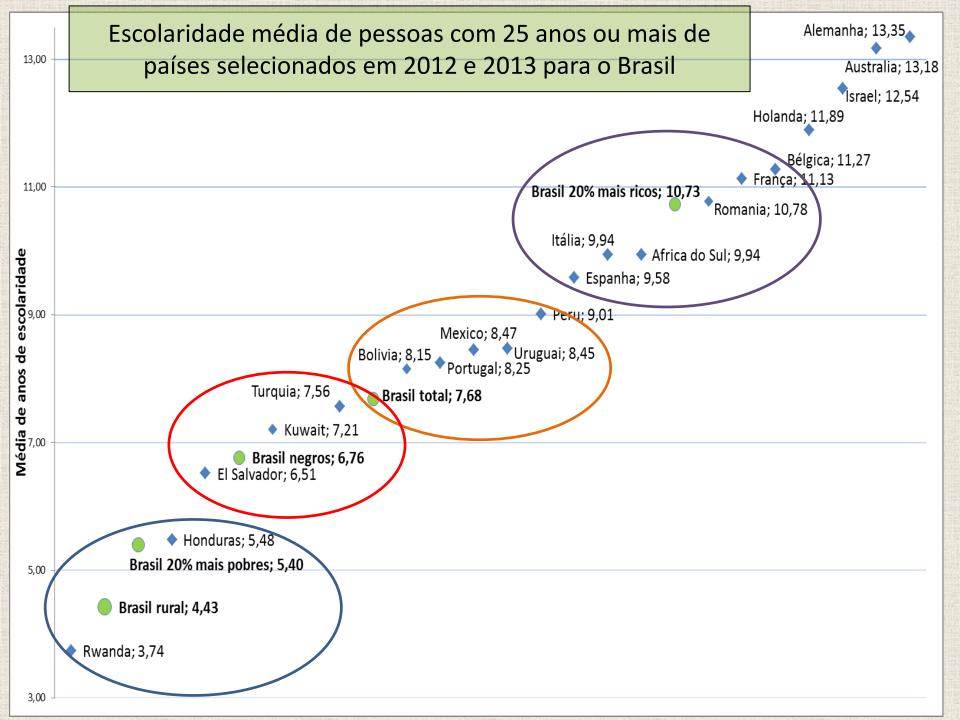


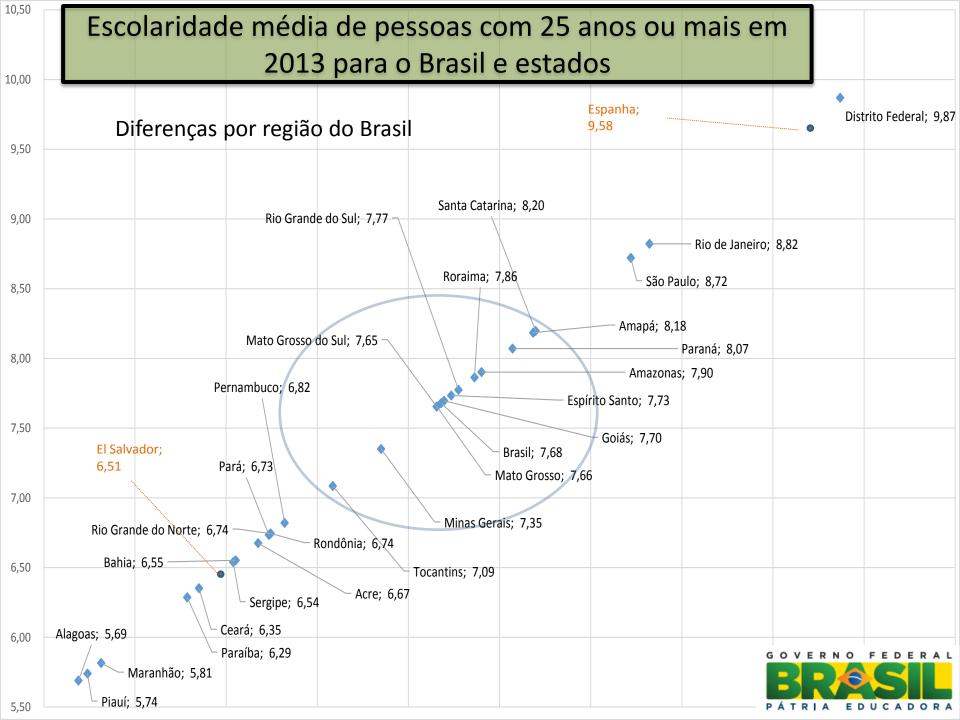
Mapa do analfabetismo funcional (menos que 4 anos de escolarização) por unidade da federação



Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC

- A EDUCAÇÃO AVANÇA Escolaridade média da população de 25 anos ou mais tem aumentado.
- DIFERENÇAS No entanto, as diferenças por renda, raça/cor e situação do domicílio têm se mantido.





Analfabetismo

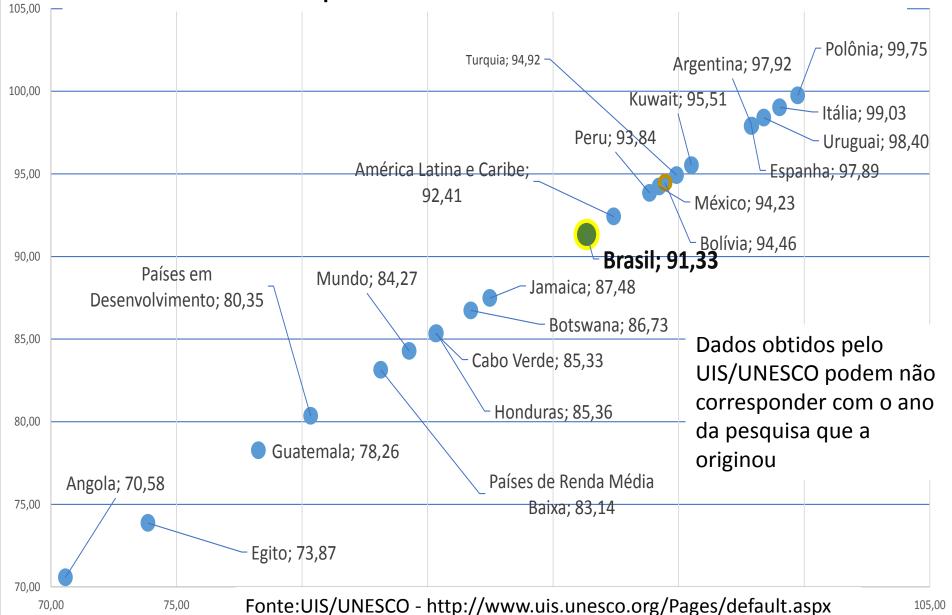
PNAD e *CENSO/IBGE

Taxa de analfabetismo 2000 a 2013

Ano	Taxa	População	16 -		
2000*	13,6	16.295	14 -	3,6	
2001	12,4	15.098		12,4	
2002	11,9	14.815	12 -	11,9 11,6 11,1	
2003	11,6	14.813		10,4 10.1 10	
2004	11,5	15.167	10 -	9,7	8,6 8,7 8.5
2005	11,1	15.046	8 -		8,6 8,7 _{8,5}
2006	10,4	14.431	8 -		
2007	10,1	14.159	6 -		
2008	10	14.273			
2009	9,7	14.120	4 -		
2010*	9,6	13.941	2 -		
2011	8,6	12.866	2		
2012	8,7	13.163	0 -		
2013	8,5	13.335		00* 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 20	10* 2011 2012 2013

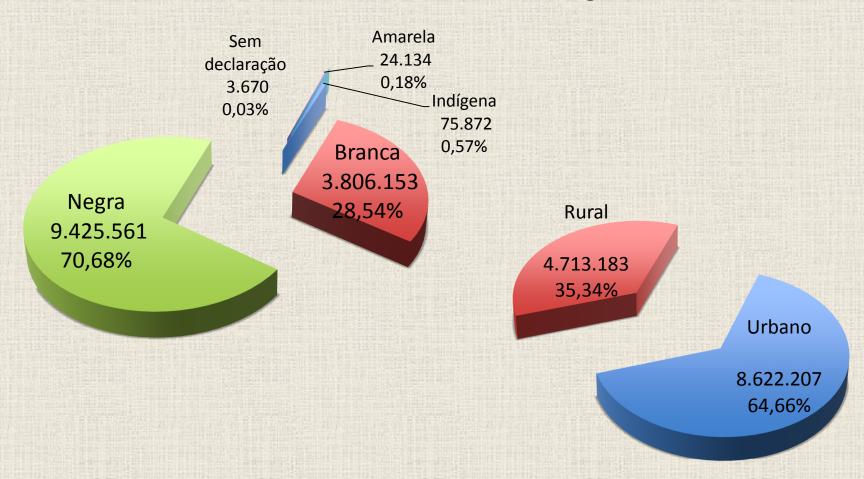
*2000 e 2010 se referem ao Censo

Taxa de Alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais em países selecionados no mundo



Analfabetismo no Brasil - Exclusão

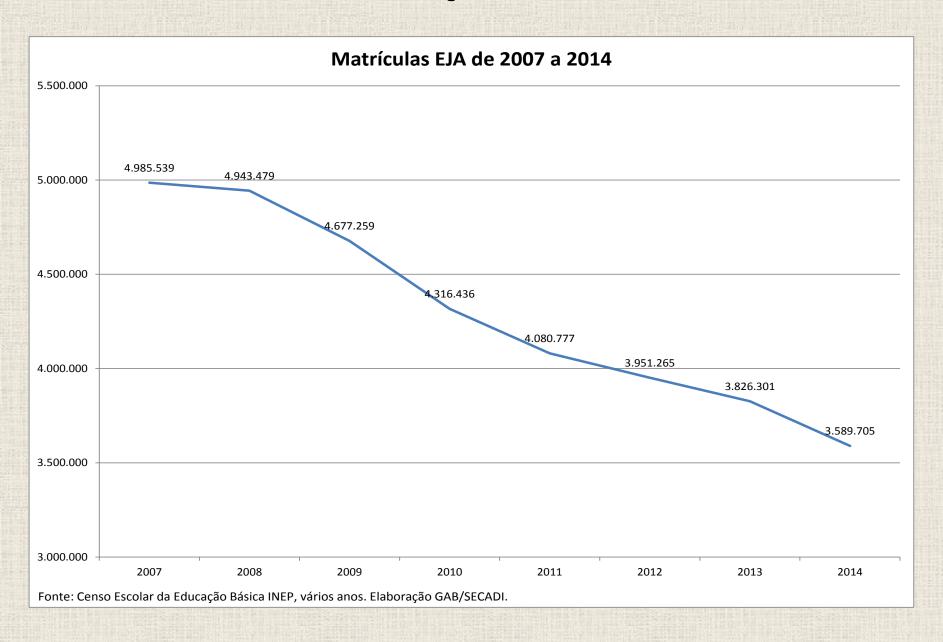
Os 13 milhões de analfabetos se dividem da seguinte maneira:



Escolaridade de pessoas com mais de 18 anos

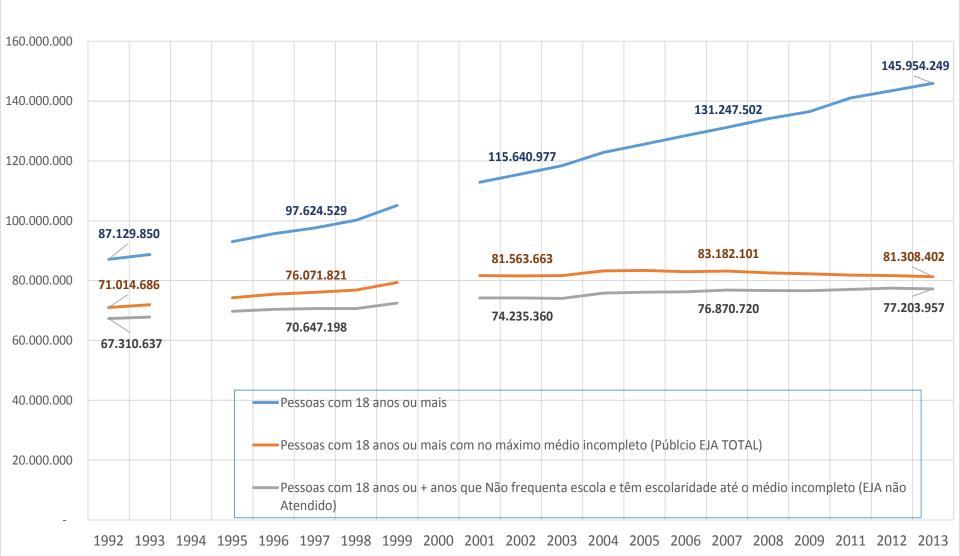
- 81 milhões não possuem o médio completo – portanto não completaram a Educação Básica (12 anos de estudo)
- 58 milhões de pessoas com 18 anos ou mais de idade não possuem o Ensino Fundamental completo (9 anos de estudo)

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos



Demanda pela Educação de Jovens e Adultos

Pessoas com 18 anos ou mais, pessoas com 18 anos ou mais que têm escolaridade até oensino médio incompleto e pessoas pessoas nessa condição que não frequntam escola (público EJA não atendido)



Principais Programas e Ações

ProJovem Urbano
ProJovem Campo –
Saberes da Terra

Educação de Jovens e Adultos Programa Brasil Alfabetizado – PBA

PROCAMPO PROLIND

Acompanhamento da Frequência Escolar

Escola que Protege

PRONACAMPO

Educação Escolar Quilombola

Educação Ambiental

Educação no Sistema Prisional Territórios Etnoeducacionais – TEEs Formação continuada de professores

Educação de Jovens e Adultos

Programas:

- Projovem Campo e Projovem Urbano
- Programa Brasil Alfabetizado
- EJA Saberes da Terra
- Pronatec EJA
- Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
- Apoio técnico e financeiro para manutenção de novas turmas de EJA em todo o Brasil
- PNLD EJA

Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência VIVER SEM LIMITE

- Educação Bilíngue
- Escola Acessível
- Salas de Recursos Multifuncionais
- Incluir acessibilidade na educação Superior
- Transporte escolar acessível (Programa Caminho da Escola)

Educação para as Relações Étnico-Raciais

Implementação da Lei nº 10.639/2003 (inserida na LDB)

Resolução CNE/CP nº 01/2004 — Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

- Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento
- Produção de materiais didáticos e paradidáticos
- Formação Continuada de Professores
- Capacitação de Gestores
- Prêmio Curta Histórias

Educação em Direitos Humanos

- Formação continuada de profissionais da educação em gênero e sexualidade, educação em direitos humanos, direitos de crianças e adolescentes e socioeducação.
- Fomento a pesquisas sobre violência na escola
- Produção e distribuição de materiais didáticos
- Financiamento a ações de enfrentamento à violência na escola, via
 PAR
- Interlocução com a sociedade civil através de conselhos de direitos (CONANDA, CNDM, CNDCLGBT, CNDI)

Implementação das **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos** e da Lei 11.525/2007 (direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental)

Educação Ambiental

- Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n° 9795/99) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 02/2012)
- Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente
- Formação continuada de profissionais da educação via RENAFORM
- Fomento a ações de educação ambiental nas escolas via PDDE Escolas Sustentáveis
- Financiamento de processos formativos e de outras ações de educação ambiental via PAR

Educação Escolar Indígena

Programas e ações:

- Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais
- Programa de Apoio à Formação Superior de Professores Indígenas – Prolind
- Formação continuada de professores indígenas
- Saberes Indígenas na Escola
- Caminho da Escola
- Reforma e construção de escolas
- Materiais didáticos para a educação escolar indígena
- Acesso, permanência e sucesso no ensino superior



Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas — PROLIND

Objetivo: Apoiar projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas para o exercício da docência nas escolas indígenas, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização do estudo em temas como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e culturas dos povos indígenas.

Ações:

Habilitar professores indígenas para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

PRONACAMPO Programa Nacional de Educação do Campo

- PROCAMPO Programa de Apoio à Licenciatura em Educação do Campo
- Escola da Terra
- Caminho da Escola
- Formação Inicial e Continuada de Professores do Campo
- Infraestrutura: ampliação, reforma e construção de escolas
- Inclusão digital (laptops educacionais, computadores interativos e banda larga)
- PNLD Campo e PNBE Temático
- Mais Educação Campo
- Pronatec Campo
- PDDE Campo, Água e Esgotamento Sanitário

PROCAMPO – Licenciatura em Educação do Campo

Objetivos da Licenciatura em Educação do Campo:

- Ampliação da oferta da Educação Básica no campo
- Habilitação de docentes por Áreas de Conhecimento
- Gestão de Processos Educativos Escolares
- Gestão de Processos Educativos Comunitários
- Formação inter e transdisciplinar, na modalidade de alternância dos tempos de estudo (tempo escola e tempo comunidade), com inserção orientada na escola e inserção orientada na comunidade.

Programa Residência Docente nas Escolas no Campo

Objetivo Geral:

 Fortalecer as Escolas do Campo, estimulando e promovendo intrínseca articulação entre Educação Básica e a Educação Superior, qualificando a formação de educadores, por meio do intercâmbio entre as estratégias de formação por área de conhecimento propostas nas Licenciaturas em Educação do Campo e a organização curricular das Escolas do Campo.

PNE (2014-2024) na SECADI

- Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
- Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.
- Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
- Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI/MEC

Contatos:

www.mec.gov.br/secadi secadi@mec.gov.br

Telefones: (61) 2022-9028 e 2022-9017

Ministério da Educação Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede, Bloco L, 2º andar Brasília/DF CEP: 70047-900